

Energia  
Emergencial Móvel  
Participações S.A.

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2023

# Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Energia Emergencial Móvel Participações S.A**  
São Paulo -SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energia Emergencial Móvel Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Emergencial Móvel Participações S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Energia Emergencial Móvel Participações S. A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Dependência econômica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e 13, demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia é uma holding sem quaisquer investimentos em outra Companhia e sem qualquer receita operacional. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 116.019 mil refere-se as debêntures a receber substancialmente de duas companhias, Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. e CBG – Companhia Brasileira de Geradores, que corresponde ao equivalente à 96% do total do ativo e o montante de R\$16.400 corresponde à 99,5% das receitas financeiras da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Energia Emergencial Móvel Participações S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de maio de 2024

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP-023228/O-4



William Morton Ricardo  
Contador CRC 1SP239058/O-1

## Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.976	3.138	Obrigações tributárias	6	535	406
Títulos e valores mobiliários	4	-	19.037	Outras contas a pagar	7	251	137
Adiantamentos a fornecedores		24	-			786	543
Impostos a recuperar		322	305				
		<u>4.322</u>	<u>22.480</u>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
				Debentures a pagar	8	96.004	104.725
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Obrigações tributárias	6	167	319
Debentures a receber	5	116.019	104.801			96.171	105.044
		<u>116.019</u>	<u>104.801</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9		
				Capital social		37.923	37.923
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>120.341</u>	<u>127.281</u>	Prejuízos acumulados		(14.539)	(16.229)
				Total do patrimônio líquido		23.384	21.694
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>120.341</u>	<u>127.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	10	(2.912)	(904)
		<u>(2.912)</u>	<u>(904)</u>
Receitas financeiras	11	16.475	17.974
Despesas financeiras	11	(11.357)	(15.578)
		<u>5.118</u>	<u>2.396</u>
LUCRO ANTES DO IMP. DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.207	1.492
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	12	(517)	(332)
		<u>(517)</u>	<u>(332)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>1.690</u>	<u>1.159</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	1.690	1.159
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>1.690</u>	<u>1.159</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		<u>Reserva de Lucros</u>				
	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Transação com sócios</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Lucros (Prejuízos) do exercício</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>37.923</u>	<u>17.223</u>	<u>(34.611)</u>	<u>-</u>	<u>20.535</u>
Absorção de parte prejuízos acumulados com reservas		-	(17.223)	17.223	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	1.159	1.159
Absorção de prejuízo acumulados		-	-	1.159	(1.159)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>37.923</u>	<u>-</u>	<u>(16.229)</u>	<u>-</u>	<u>21.694</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	1.690	1.690
Transf. prejuízo do exercício p/ prejuízos acumulados		-	-	1.690	(1.690)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>37.923</u>	<u>-</u>	<u>(14.539)</u>	<u>-</u>	<u>23.384</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energia Emergencial Móvel Participações S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício		1.690	1.159
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa:			
Rendimento de títulos e valores mobiliários	11	(878)	(2.014)
Juros sobre debentures A e B	5	(16.400)	(16.837)
Juros sobre debentures conversíveis	11	11.281	15.512
Variação nos ativos operacionais:			
Adiantamentos a fornecedor		(24)	194
Impostos a recuperar		(17)	(111)
Variação nos passivos operacionais:			
Obrigações tributárias		163	108
Outras contas a pagar		114	114
Imposto de Renda e Contribuição Social		(33)	-
Parcelamento tributos federais		(152)	(124)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4.257)	(1.999)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Amortização (recebimento de juros) parcial debentures "A" CBG	5	5.182	17.207
Títulos e valores mobiliários		19.915	(12.070)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		25.097	5.137
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Debentures conversíveis em ações	11	(20.001)	-
Captação de empréstimos e financiamentos bancários		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(20.001)	-
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>838</b>	<b>3.138</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.138	0
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.976	3.138
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>838</b>	<b>3.138</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Energia Emergencial Móvel Participações S.A. (“Companhia” ou “EEM”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social a participação em quaisquer sociedades ou fundos de investimentos, como sócia, acionista ou cotista, e a exploração, diretamente ou por meio de outras sociedades, além de serviços de locação de geradores, equipamentos elétricos e eletroeletrônicos.

A Companhia é controlada direta do Fundo Pátria FIP III (“Pátria Infraestrutura III Fundo de investimentos em Participações Multiestratégia”).

#### **1.1 Repactuação das Debentures a receber e do Contrato de Compra e Venda de Ações**

Em 28 de dezembro de 2023, foi celebrado o Contrato de Repactuação de Obrigações e Outras Avenças (“Repactuação”), em que a Companhia, a Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. (“Tecnogera”), a CBG – Companhia Brasileira de Geradores (“CBG”) e seus acionistas (“Partes”), repactuam determinados termos e condições previstos nas Debentures, incluindo as respectivas garantias, e no Contrato de Compra e Venda, a seguir resumidas:

Debentures A (CBG) – As partes acordam em repactuar e reduzir o saldo total das Debentures A devido para o valor total de R\$ 23.000 (“Valor Repactuado das Debentures A”). O Valor Repactuado das Debentures A será liquidado da seguinte forma: i) R\$ 2.000 na Data de Fechamento; ii) R\$ 10.000 em 1º de dezembro de 2027; e, iii) R\$ 11.000 em 1º de dezembro de 2028. O Valor Repactuado das Debentures A não está sujeito a atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros moratórios.

Debentures B (Tecnogera) – Quitação integral das obrigações previstas na Escritura de Emissão Debentures B, pelo valor total, certo e acordado de R\$ 73.000 na Data de Fechamento (“Valor Repactuado das Debentures B”).

As Repactuações das Debentures A e B estão condicionadas a emissão da 6ª (sexta) Emissão de Debentures pela Tecnogera. A consumação das operações previstas nas Repactuações acima, ocorrerá em até 3 (três) dias úteis contados da confirmação, pela Tecnogera, do cumprimento de todas as Condições Suspensivas, bem como, a liquidação do Valor Repactuado das Debentures B será realizado na Data de Fechamento das debentures.

Em decorrência da Repactuação das Debentures a receber e do Contrato de Compra e Venda de Ações, as Partes acordam que, após o cumprimento integral dos atos relacionados aos Valores Repactuados das Debentures, o direito de recebimento do Earn-out e Bonus pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, será automaticamente extinto.

## **2 Base de preparação e práticas contábeis**

### **Base de preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A EEM preparou estas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade operacional e julga adequada essa conclusão baseada na geração de caixa de seus ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de maio de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **2.3 Moeda funcional de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

##### **a. Julgamento**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Instrumentos Financeiros (nota 14).

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Instrumentos Financeiros (nota 14).

### **Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

## **2.5 Instrumentos financeiros**

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo custo amortizado.

### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimo, debêntures conversíveis em ações fornecedores e outras contas pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

### **2.6 Provisões**

Uma provisão reconhecida em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### **2.7 Caixa e equivalentes de caixa**

Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata.

### **2.8 Títulos e valores mobiliários**

Representados por aplicações financeiras, classificadas como empréstimos e recebíveis, e reconhecidas com base nos rendimentos auferidos até as datas do encerramento dos exercícios, com um insignificante risco de mudança de seu valor de mercado.

### **2.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.10 *Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos***

### *Impostos correntes*

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

### *Impostos diferidos*

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

## **2.11 *Capital social e remuneração dos quotistas***

O capital da Companhia, totalmente subscrito, cuja integralização pode ser feita em moeda corrente nacional ou bens, é de R\$ 37.923.029,82 (trinta e sete milhões, novecentos e vinte e três mil e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), dividido em 34.599.704 (trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e quatro) ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal.

Do lucro líquido apurado da demonstração de resultado do exercício e definido pelo art. 191 da Lei das S.A.:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados compulsoriamente na constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para reserva legal; e
- (ii) O saldo remanescente, será distribuído de acordo com o deliberado pelos acionistas.

### **2.12 *Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre debêntures conversíveis em ações.

### **2.13 *Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment***

#### *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto estoques e imposto de renda diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros que justificasse a necessidade de teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2023.

#### **2.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

*a. Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)*

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

*b. Outras normas*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

### **3 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Bancos	<u>3.976</u>	<u>3.138</u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média em 2023 de 90% até 117% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (93% até 117% em 2022).

#### 4 Títulos e valores mobiliários

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Aplicações financeiras	-	19.037
	-	19.037
	-	19.037

#### 5 Debentures a receber

	<b>Taxa de juros</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Debentures A – CBG	IPCA+12% a.a.	45.291	43.330
Debentures B – Tecnogera	IPCA+10% a.a.	70.728	61.471
		116.019	104.801
		116.019	104.801

As Debêntures A e B contêm cláusulas contratuais restritivas (“covenants”), os quais são monitorados pela Companhia. O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode gerar vencimento antecipado dos instrumentos. As cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. Salvo se autorizado previamente pelo debenturista, a emissora é proibida:

- Contratar novas dívidas;
- Alterar estrutura societária da Companhia;
- Venda de ativos em montante anual, igual ou superior, a R\$ 4.000;

Realização de investimentos, sublocação com obrigação de compra ou financiamento com fornecedor para compra de ativos operacionais em montante anual superior a R\$ 7.500. A movimentação das debentures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Saldo Inicial	104.801	105.172
Empréstimos Cedidos	-	-
Juros incorridos	16.400	16.836
Amortização (recebimento de juros)	(5.182)	(17.207)
Saldo Final	116.019	104.801

#### 6 Obrigações tributárias

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Parcelamento de imposto renda e contribuição social	464	382
Parcelamento de Pis e Cofins	224	333
Outros	15	10
	703	725
	703	725
Circulante	536	406

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Parcelamento de imposto renda e contribuição social	464	382
Não circulante	167	319
	<b>703</b>	<b>725</b>

Em 2020, a Companhia teve o pedido de parcelamento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS deferido pela Receita Federal do Brasil, sendo o PIS pago em 43 parcelas mensais e os demais impostos (IRPJ, CSLL e COFINS) em 60 parcelas mensais, sendo o pagamento em moeda corrente.

## 7 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os montantes de R\$ 251 e de R\$ 137, respectivamente, referem-se principalmente a fornecedores de serviços de consultoria e reembolso de despesas.

## 8 Debentures a pagar

	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Patria Infraestrutura III FIP Multiestratégia	Junho/2026	IPCA+11% a.a.	96.004	104.725
			<b>96.004</b>	<b>104.725</b>

As Debêntures Conversíveis em ações contêm cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”) aplicáveis a este tipo de contrato, são elas: i) descumprimento, por parte da Emissora, de qualquer das suas obrigações pecuniárias, obrigações, deveres e compromissos não pecuniários; ii) ocorrência de (a) pedido de recuperação judicial; e (b) Extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente em relação aos termos pactuados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação das debentures para os exercícios findos é como seguinte:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Saldo Inicial	104.725	89.213
Amortização	(20.001)	-
Juros	11.280	15.512
<b>Saldo Final</b>	<b>96.004</b>	<b>104.725</b>

## 9 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 37.923, dividido em 34.599 ações ordinárias, nominais e detidas integralmente (100%) pelo Patria Infraestrutura III FIP Multiestratégia.

## 10 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados por terceiros	(2.777)	(881)
Despesas não dedutíveis	-	(5)
Outras despesas operacionais	(135)	(18)
	<u>(2.912)</u>	<u>(904)</u>

## 11 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	878	2.014
Juros sobre debentures a receber	16.400	16.837
Tributos sobre receitas financeiras	(803)	(877)
	<u>16.475</u>	<u>17.974</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debentures a pagar	(11.281)	(15.512)
Outras despesas financeiras	(76)	(66)
	<u>(11.357)</u>	<u>(15.578)</u>
Resultado financeiro	<u>5.118</u>	<u>2.396</u>

## 12 Imposto de renda e contribuição social

### Conciliação do imposto de renda e da contribuição social apresentada no resultado do exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Lucros (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.207</u>	<u>1.492</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação. Alíquota nominal combinada de 34%.	(750)	(507)
Outras adições / exclusões.	<u>-</u>	<u>5</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação. Alíquota nominal combinada de 34%.	-	(2)
Efeitos decorrentes da não contabilização de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, bem como outros efeitos	233	177
Despesa do IRPJ e da CSLL no resultado do exercício.	<u>(517)</u>	<u>(332)</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém estoque de Prejuízos Fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro no montante total de R\$ 19.479 (em 31 de dezembro de 2022, o montante total de R\$ 20.160). A Companhia não constitui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social devido à ausência de histórico de geração de lucros tributáveis e incertezas em relação as projeções futuras para utilizar estes créditos tributários diferidos.

## 13 Partes relacionadas

A Companhia manteve saldos e realizou transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e os seus fluxos de caixa.

	<u>Ativo (debêntures)</u>		<u>Passivo (debêntures)</u>		<u>Receita financeira / (despesa financeira)</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tecnogera	45.291	61.471	-	-	9.257	8.826
CBG	70.728	43.330	-	-	7.144	8.011
Patria Infra Pip III	-	-	(96.004)	(104.725)	(11.280)	(15.512)
	<u>116.019</u>	<u>104.801</u>	<u>(96.004)</u>	<u>(104.725)</u>	<u>5.121</u>	<u>1.325</u>

### a. Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores estatutários.

Não houve benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios administradores e executivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 14 Instrumentos financeiros

### 14.1 Considerações gerais

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros relacionados às suas atividades operacionais e está exposta a determinados riscos inerentes às suas operações. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado para assegurar o principal objetivo que é a adequada rentabilização do caixa da Companhia. Os resultados obtidos com as operações financeiras estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia não realiza aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem a escolha das instituições financeiras privadas com rating mínimo A.

O planejamento destes investimentos observa a previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de um caixa livre mínimo para fazer frente a todas as despesas diretas e indiretas acrescido de uma margem de segurança adequada para fazer frente a saídas inesperadas de caixa.

### 14.2 Classificação contábil e valores justos

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nesta data.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia entende que os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras:** Classificados como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Debêntures:** Classificados como ativos mensurados ao valor justo através do resultado.
- **Empréstimos:** Classificados como passivos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

#### *Hierarquia de valor justo*

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2023			31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Títulos e valores mobiliários	3.973	3.973	Nível 2	22.037	22.037
Debêntures	116.019	116.019	Nível 2	104.801	104.801
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Outras contas a pagar	251	251	Nível 2	137	137
Debentures conversíveis em ações	96.004	96.004	Nível 2	104.725	104.725

## 15 Gerenciamento de riscos

### **Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conversíveis em ações deduzidos por Bancos) e patrimônio líquido da Companhia.

### **Risco de crédito**

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda, de créditos detidos com instituições financeiras (gerados por operações de investimento financeiro) e créditos detidos contra CBG e Tecnoqera. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira das instituições financeiras com as quais mantém relacionamento e das empresas CBG e Tecnoqera, o estabelecimento de um limite de crédito para clientes e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e efetuando revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

### **Risco de taxa de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e IPCA.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,04% a.a.; e IPCA 4,62% a.a). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

		<b>Instrumentos financeiros ativos – Debêntures</b>		
		<b>IPCA</b>		
<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável I</b>	<b>Cenário II 25%</b>	<b>Cenário III 50%</b>
R\$ 116.019	Redução da IPCA	5,369	4,027	2,685
		<b>Instrumentos financeiros passivos – Debêntures</b>		
		<b>IPCA</b>		
<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
(R\$ 96.004)	Aumento da IPCA	4,435	5,544	6,653

- **Cenário Provável (I):** Os índices de CDI e IPCA considerados no cenário provável são de: 13,04 a.a., e 4,62% a.a, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
- **Cenário II e III:** Os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

## **16 Eventos Subsequentes**

Em 03 de abril de 2024, foi realizada a 6ª Emissão de Debentures Simples pela Tecnoqera, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais. As principais características são: i) valor total de emissão R\$ 130.000; ii) 130.000 debentures em série única; iii) remuneração de CDI + 4,5%; iv) pagamento de juros mensais; e, v) vencimento em 5 (cinco) anos a partir da data de emissão.

Em 02 de maio de 2024, foi realizada a liquidação do Valor Repactuado das Debentures A e B no montante total de R\$ 75.000, conforme mencionado na Nota 1.1.

\* \* \*

Marcelo Antonio Gonçalves Souza  
Diretor

Arnaldo M Trindade  
Contador  
CRC: 1SP 183.550